



OF. N° 029/20/SEC/ABP

Rio de Janeiro, 04 de março de 2020.

**Ao Senhor Doutor Presidente do Conselho Federal de Medicina – CFM
Dr. Mauro Luiz de Britto Ribeiro**

Assunto: Desabastecimento dos medicamentos Cloridrato de Imipramina e Carbonato de lítio

A Associação Brasileira de Psiquiatria – ABP, instituição representativa dos médicos psiquiatras do Brasil, vem através desta nota oficial, denunciar grave problema de saúde pública e privada no Brasil. Estamos vivendo uma situação calamitosa com a falta de dois medicamentos no mercado brasileiro que não estão sendo produzidos pelos laboratórios privados e, infelizmente, ainda não existem nos laboratórios do Governo Brasileiro. Tais medicamentos são distribuídos pelo sistema público e privado: o Cloridrato de Imipramina e o Carbonato de lítio.

Milhões de pessoas fazem uso diário dessas medicações e, diante de tudo o que a experiência clínica e a literatura médica oferecem, essas substâncias são consideradas mais eficazes e suficientemente seguras para serem ainda referência para tratamento específico de transtornos graves do humor. Também não podem ser substituídos para muitos pacientes, sob pena do possível agravamento dos quadros psiquiátricos e conseqüente aumento do número de casos de suicídios no Brasil, da procura por serviços de emergência, além da necessidade maior de internações em um cenário de escassez de leitos.

A falta de tais medicamentos prejudica a relação médico-paciente, pois os médicos não poderão prescrever medicamentos que não existem no mercado e não possuem substituição eficaz e em casos de agravamento dos quadros psiquiátricos ou suicídio pode gerar conseqüências éticas importantes para os médicos brasileiros.

A ABP está cobrando respostas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e pedindo apoio aos órgãos de controle e fiscalização da saúde, para que medidas sejam tomadas em nome de nossos pacientes e também de toda a sociedade brasileira. O desabastecimento ou a descontinuação desses medicamentos, que não possuem patentes e são muito baratos, se produzidos pelo governo custariam centavos para a comercialização, configura crise na assistência médica, com risco de recaídas imediatas de graves transtornos mentais.

Contamos com o apoio da Conselho Federal de Medicina para que juntos possamos denunciar e cobrar a solução imediata desse grave problema.

Atenciosamente,

Antônio Geraldo da Silva
Presidente